



**ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos doze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e trinta e nove minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Renato Câmara e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para leitura da ata da sessão anterior. Passo a presidência da Sessão ao deputado Paulo Corrêa.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente. Bom dia, senhores deputados. *"Ata da Décima Segunda Sessão Ordinária da Terceira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul — Estado do Pantanal. Aos seis dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e trinta e dois minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Coronel David e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE** - Lida e aprovada a Ata Doze da Décima Primeira Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofício nº 168.0.073.0028/2025, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul; Autos nº 012.152.0024/2025, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 9 e 11/2025, da Fundação Nacional de Saúde; Ofício nº 8864/25, da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 1.890/2025, da Secretaria Municipal de Saúde. **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** - Usaram da palavra os deputados Pedro Kemp e Gleice Jane. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Professor Rinaldo, Junior Mochi, Lucas de Lima, Roberto Hashioka, Antonio Vaz, João Henrique, Marcio Fernandes, Zé Teixeira e Zeca do PT. **GRANDE EXPEDIENTE** - Não houve oradores inscritos. **ORDEM DO DIA** - Foram aprovadas, em segunda discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projetos de Lei nºs 36 a 38/2025, de autoria do Poder Executivo. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria da Casa, endereçada aos familiares de Osvaldin Pavan; requerimentos de moções de pesar, de autoria da deputada Gleice Jane, endereçadas aos familiares de Mirieli Santos e Emiliana Mendes; requerimento de moção de aplauso, de autoria do deputado Caravina, endereçada à equipe da Delegacia Especializada de Repressão a Roubos a Banco, Assaltos e Sequestros (Garras), pelo êxito na identificação e investigação que resultou na prisão de integrantes de uma quadrilha chilena especializada em furtos a instituições bancárias; indicações, de autoria dos deputados Lidio Lopes, Gleice Jane, Zé Teixeira e Caravina. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** - Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, seis de março do ano de dois mil e vinte e cinco."* Foi lida a ata, senhor presidente.



PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Convido o deputado Renato Câmara para assumir momentaneamente a primeira-secretaria e proceder à leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Renato Câmara - MDB) — Bom dia, senhor presidente, deputado Paulo Corrêa, caros deputados, público que nos assiste pela TV Assembleia, todos que nos acompanham pelas redes sociais. Expediente da Sessão Ordinária de 12 de março de 2025: Ofício nº 199/2025, da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste, encaminhando Transferência de Recursos Financeiros (Prot. nº 479/2025); E-mail, da Transferegov.br – Transferência Especial – Notificação de Alteração no Plano de Trabalho – Plano de Ação 09032022-20157 (Prot. nº 473/2025); Ofício nº 250/2025, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande, respondendo à indicação do deputado Pedro Kemp (Prot. nº 4008/2024); Ofício nº 94/2025, da Secretaria Municipal de Educação de Corumbá, respondendo à indicação da deputada Gleice Jane (Prot. nº 4106/2024); Carta nº 151/2025, da Energisa Mato Grosso do Sul, respondendo à indicação do deputado Paulo Duarte (Prot. nº 4106/2024). Foi lido o expediente, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente e senhores deputados, bom dia. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Eduardo Correa Riedel, governador do estado, solicitando que realize estudos no sentido de implantar a 'alíquota zero do ICMS' para os produtos da cesta básica, tendo em vista que o Decreto nº 16.429/2024 estabelece apenas a redução da base de cálculo, em 58%, que resulta no percentual líquido de 7%, como tributo. Ou seja, hoje MS tributa em 7% os alimentos da cesta básica. E contribuindo com esforço do Governo Federal (que está zerando as taxas de importação de alimentos aqui no Brasil para fazer cair o preço dos alimentos), nós fazemos um apelo ao governador Eduardo Riedel, para que ele zere a alíquota do ICMS sobre tais produtos, como outros governadores já fizeram. Sabemos que o preço dos alimentos aumentou de maneira expressiva em todo o mundo. De acordo com dados da FAO, a alimentação ficou bem mais cara neste século do que no final do século passado. Nos últimos cinco anos, as mudanças climáticas também contribuíram para o custo da produção, uma vez que grandes safras são perdidas em razão do calor excessivo, fortes chuvas ou mesmo geadas intensas. Nosso País é um grande exportador agrícola; e se por um lado se beneficia disso (pois tem mais dólar no país), por outro o mercado interno sofre, com a redução dos produtos de consumo da cesta básica, tendo em vista que muitos produtores deixam de plantar feijão, arroz e hortaliças para se dedicar à produção de commodities, como por exemplo a soja. Como medida para garantir a política de segurança alimentar para a população, o Governo Federal zerou a alíquota de tributos federais que incidem sobre os produtos da cesta básica, medida também já adotada por alguns estados da federação. Em Mato Grosso do Sul, desde 2009



a alíquota do ICMS foi reduzida e está hoje em 7%. Em 2024, o Decreto nº 16.429/2024 estendeu essa redução para até abril de 2026. Nesse sentido, a presente indicação visa sensibilizar o Governo do Estado para que o mesmo publique novo decreto zerando a alíquota do ICMS dos produtos da cesta básica, até que o mercado interno seja regularizado e a produção interna cresça. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao diretor-presidente da Agetran, senhor Paulo da Silva, solicitando o reforço da sinalização horizontal e a instalação de um redutor de velocidade (do tipo quebra-molas) na avenida Nasri Siufi, próximo à rua Dinamarca, no Jardim Tijuca. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Marcelo Miglioli, secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande, com cópia ao senhor Paulo Roberto dos Santos, diretor-presidente da Energisa/MS, solicitando a instalação de postes de iluminação pública na rua Benedito Gonçalves, no bairro Rita Vieira. Era o que eu tinha, presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Senhor presidente e senhores deputados, bom dia. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de Estado de Governo e Gestão Estratégica, senhor Rodrigo Perez Ramos, solicitando a pavimentação da rua Nelson de Matos, no bairro Jardim Maracanã, em Dourados. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de Estado de Governo e Gestão Estratégica, senhor Rodrigo Perez Ramos, solicitando melhorias na linha de ônibus entre Itaporã e Dourados. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de Estado de Governo e Gestão Estratégica, senhor Rodrigo Perez Ramos, em caráter reiterativo, solicitando a reforma da sede do Detran no município de Nova Alvorada do Sul. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de Estado de Governo e Gestão Estratégica, senhor Rodrigo Perez Ramos, e aos deputados federais e senadores representantes de Mato Grosso do Sul na Câmara dos Deputados e Senado Federal, solicitando a união de esforços e gestões conjuntas no direcionamento de recursos para aquisição de um veículo utilitário para o transporte de pacientes do município de Nioaque que realizam hemodiálise na cidade de Aquidauana. Era o que eu tinha, senhor presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Senhor presidente, colegas parlamentares, assistentes, público presente e todos que nos acompanham pela TV e Rádio Alems. Eu trago, primeiramente, um projeto de lei. Declara de utilidade pública estadual a



Associação Comunitária Cultural Itapoã, com sede e foro no município de Ivinhema. Artigo 1º - Fica declarada de utilidade pública estadual a Associação Comunitária Cultural Itapoã, pessoa jurídica de direito privado, sem fins econômicos, com sede e foro no município de Ivinhema. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. A referida instituição desempenha um papel fundamental na execução de serviço de radiodifusão comunitária, difundindo as tradições, a cultura e os hábitos sociais da comunidade, oferecendo mecanismos de integração, estimulando o lazer e o convívio social. A associação visa atender às finalidades educativas e artísticas, além de promover atividades jornalísticas na comunidade, respeitando os valores éticos e sociais da pessoa e da família, sem discriminação de raça, religião, sexo, preferência sexual ou convicção político-ideológica. A declaração de utilidade pública estadual permitirá que a associação amplie suas atividades por meio da captação de recursos e da celebração de parcerias com órgãos públicos, contribuindo para o fortalecimento da difusão da cultura e da tradição do município de Ivinhema. Destaque-se que a associação já foi reconhecida como entidade de utilidade pública municipal, conforme a Lei nº 791, de 25 de agosto de 2005, demonstrando o impacto positivo de suas atividades no âmbito local. Dessa forma, solicito o apoio dos colegas para aprovação deste projeto. Senhor presidente, eu trago também uma indicação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Correa Riedel, com cópia autônoma ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, senhor Antonio Carlos Videira, solicitando a elaboração de proposição legislativa que permita o retorno temporário de policiais civis inativos ao serviço ativo, medida similar àquela já prevista no artigo 7º da Lei Complementar nº 053/1990, que versa sobre a convocação de militares da reserva para a atividade, visando minimizar o déficit de efetivo e garantir a continuidade dos serviços essenciais, prestados pela instituição, com menor custo-benefício, evitando a sobrecarga dos policiais atualmente em atividade e assegurando a manutenção da ordem pública e da segurança da população. Há um dispositivo legal por meio do qual a polícia pode convocar policiais da reserva para retornarem à atividade. Esse tem sido um instrumento eficaz, porque, com menor custo, o Estado consegue fazer com que policiais prestem esse serviço de segurança, enquanto não faz a reposição de pessoal por meio de concurso. Na Polícia Civil não existe ainda a possibilidade de trazer aposentados para a ativa. Então, como se trata de um projeto de lei, que deve ter iniciativa do Executivo, estou encaminhando esta indicação para análise por parte da Sejusp. Há um déficit sobre o qual vou falar durante o Grande Expediente. Deputado Zeca, Vossa Excelência que foi governador sabe que esta medida vai permitir que o Governo resolva, no curto prazo, essa questão da falta de efeito. Por quê? Porque a Sejusp vai poder convocar os policiais civis da reserva para a ativa. Há muitos escrivães e investigadores que se aposentaram por tempo de serviço e que podem vir prestar serviço à corporação. Isso vai melhorar a renda dos policiais e aumentar a segurança da sociedade. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Obrigado, senhor presidente. Eu quero apenas fazer um registro que, com certeza, vai engrandecer esta Casa de Leis. Ontem, na Sala de Reunião da Presidência, tivemos uma reunião, liderada pelo deputado Neno Razuk, com a presença dos deputados Gleice Jane, Coronel David, Pedro Kemp e eu e de representantes dos pescadores amadores, dos pescadores profissionais e da pesca esportiva. Deputado Paulo Duarte, o senhor, que é de uma cidade onde o turismo de pesca é o mais forte do estado, nossa querida Corumbá, vai gostar do que vou falar. Eu estou falando da nova lei da pesca. A pesca profissional entra em extinção, meu querido, meu colega pastor Antonio Vaz; preserva-se a cota de 400 quilos para se vender através da Colônia de Pescadores. Acaba, portanto, deputado Paulo Duarte, a nota fiscal individual do pescador profissional. Isso para que não se venda nota para atravessador; fortalece a organização, a colônia. Para a pesca amadora se estabelece um exemplar para a pessoa comer em casa ou na pousada. A pesca esportiva fica incentivada, para a gente recuperar o estoque pesqueiro dos nossos rios. Os deputados Neno Razuk e Coronel David apresentaram a sugestão de que seja criado um fundo de reestruturação da Polícia Ambiental. Por último, pensamos na possibilidade de criação de uma comissão, liderada pelo nosso colega Neno Razuk, a fim de que façamos gestão junto ao Executivo estadual, de modo que o mesmo estabeleça negociação com o Governo Federal, no sentido de que seja criada uma legislação comum entre o Brasil, o Paraguai e a Bolívia, com a finalidade de se coibir a pesca predatória na Bacia do Rio Paraguai. Todos que estavam na reunião fizeram questão de registrar o comportamento bondoso, democrático e gentil do colega deputado Neno Razuk. E não poderia ser diferente, afinal de contas eu convivi com o pai dele, Roberto Razuk, com quem, se Deus quiser, eu e a dona Gilda vamos almoçar, lá em Dourados. A meu ver, estamos caminhando rapidamente para construirmos, de modo definitivo, a lei referente à pesca, a Lei Neno Razuk, neste estado. Agora, presidente, eu quero apresentar uma moção de congratulação. Senhores, ainda é comentado em todo o Brasil e de certa forma no mundo a belíssima notícia, deputado Junior Mochi, da conquista brasileira do Oscar 2025, na categoria de melhor filme internacional da nonagésima sexta premiação da Academia de Artes e Ciências Cinematográficas, com o filme "Ainda estou aqui". Eu fiquei fascinado quando vi a Câmara Municipal de Campo Grande aprovar uma moção de apoio ao diretor e aos atores do filme expressos na figura da atriz Fernanda Torres. Tal premiação leva o cinema, a cultura e a arte nacional para o mundo. Até semana passada, cerca de cinco milhões e meio de pessoas já haviam assistido ao filme. Meu netinho de 8 anos me disse: "Vovô, eu vi o filme". Ele ficou encantado. Já foram arrecadados 30 milhões de dólares com o filme. E não posso deixar de fazer um registro: o grande diretor do filme, Walter Salles Moreira Júnior, é botafoguense como eu. Presidente, eu vou ler a moção. "A Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso do Sul, legítima representante dos pensamentos e anseios da sociedade sul-mato-grossense, por iniciativa do deputado Zeca do PT, consigna suas congratulações ao diretor e produtor Walter Moreira Salles Júnior e ao jornalista e escritor Marcelo Rubens Paiva, belíssima figura humana, estendidas aos atores Fernanda Torres, Fernanda Montenegro e Selton Mello, bem como a toda a equipe de produção do filme Ainda Estou Aqui, pela conquista inédita para o Brasil. O filme se tornou um marco para o cinema brasileiro não apenas pela premiação de melhor filme internacional de 2025 e pela premiação de melhor atriz da Fernanda Torres, mas também

pelo contexto no qual se insere, como instrumento voltado à reflexão e à preservação da história das pessoas que deram sua vida no enfrentamento do autoritarismo do regime militar, que perdurou por mais de 20 anos aqui no Brasil. Ainda Estou Aqui é uma produção focada na trajetória da mãe do autor do livro (de mesmo nome do filme), a Eunice Paiva (brilhantemente interpretada por Fernanda Torres e Fernanda Montenegro), que, ao longo de décadas, manteve a integridade de sua família. Assim, resta demonstrada a importância cultural e social do filme, para que seja mantida viva a memória da luta contra os horrores da ditadura e para que sejamos sempre atentos no combate a qualquer tentativa de abolição do Estado Democrático de Direito. Esperamos o apoio dos pares para aprovação desta merecida moção de congratulação. Obrigado, senhor presidente,

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Eu gostaria de assinar a moção com Vossa Excelência.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Neno Razuk.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Senhor presidente e deputado Zeca do PT, quero agradecer aos deputados Gleice Jane, Coronel David, João Henrique e a todos que se fizeram presentes na reunião de ontem para tratarmos da pesca. E como bem disse o deputado Zeca do PT, ex-governador, nós estamos chegando a um consenso. Algumas questões ainda precisam ser discutidas. Mas eu tenho certeza de que este projeto vai sair do papel. Aliás, eu vou pedir à presidência que faça um acordo de lideranças para que o projeto seja votado em regime de urgência. Quero agradecer e destacar a participação na reunião de ontem dos representantes dos pescadores esportivos, profissionais e amadores. O projeto está bem encaminhado. Infelizmente, proibir a emissão de novas carteiras não é atribuição da nossa Casa. Nós vamos ter que montar uma comissão para irmos a Brasília, para tentarmos negociar com o Governo Federal alguma saída. A intenção é que, no futuro, não haja mais pescadores profissionais aqui no estado. Quero, ainda, solicitar que esta Casa se empenhe na formulação de um projeto de emenda constitucional, para que, assim como no passado a UEMS tinha direito a um percentual na arrecadação do Governo do Estado, que o projeto da pesca também tenha direito a um percentual, garantido de forma anual, para que os pescadores profissionais tenham recurso para sua transição de profissão, na infraestrutura de suas propriedades, e também para que o Estado invista no policiamento nos rios e para que sejam adotadas medidas visando ao aumento de efetivo da Polícia Ambiental. Então, nós queremos fazer uma comissão, queremos a participação dos parlamentares desta Casa, para que isso venha a acontecer. Nós esperamos que, no futuro, este estado esteja livre da pesca profissional. Os pescadores vão continuar com sua profissão até que a transição aconteça. E ainda que a profissão deles seja extinta, que eles tenham garantido o direito aos 400 quilos. Quanto aos demais, a comercialização através de nota fiscal, somente no município. Acabar com esse esquema de venda de notas que existe atualmente. A pessoa lá de Porto Murtinho vende nota para outra lá de Corumbá

para "esquentar" o peixe que foi pescado de maneira ilegal. Então, eu tenho certeza de que agora esta proposta vai caminhar de maneira a atender todas as classes. E com a colaboração dos parlamentares desta Casa, nosso estado será exemplo nacional no que tange à lei da pesca. Era o que eu tinha, senhor presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Eu quero parabenizar o deputado Neno Razuk pela iniciativa. Isso é muito importante. Como bem disse o deputado Zeca do PT, a discussão sobre o assunto foi ampla. Esta Casa mostrou amadurecimento nessa questão. Esta era uma coisa que estava pendente. O presidente fez o compromisso, conversou com o senhor antes da Sessão, de agilizar a tramitação da proposta. Até porque urge que essa lei referente à pesca seja definida. Já que todos estão de acordo, a meu ver, nada mais justo que agilizarmos esse processo. Todo o mundo está de acordo. Bem, agora eu vou apresentar uma moção, a qual eu gostaria que fosse transformada em nome da Casa. Trata-se de uma moção de congratulação à senadora Tereza Cristina, por ela ter aprovado ontem, no Senado Federal, a PEC do Pantanal. Coisa muito difícil de se fazer. Trata-se de um projeto de emenda constitucional, considerando o Pantanal de Mato Grosso do Sul como patrimônio nacional. Com isso poderemos angariar recursos para realizarmos mais ações de preservação do nosso Pantanal, o bioma mais importante que temos em nosso estado. Então, eu e o nosso presidente Gerson Claro elaboramos esta moção e acatamos a sugestão do colega Paulo Duarte de transformá-la em nome da Casa. Se alguém não estiver de acordo, que se posicione.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Eu quero não só assinar, como também parabenizar a senadora Tereza Cristina. Em verdade, o texto constitucional, quando aborda o Pantanal, aborda o Pantanal mato-grossense. Aliás, esta é uma crítica que eu faço. Todavia, na verdade, a maior porção do território do Pantanal está em Mato Grosso do Sul. Portanto, eu acho muito válida esta proposição, que abre o caminho para maiores discussões. Fica registrado o meu apoio incondicional ao trabalho e ao projeto da senadora Tereza Cristina.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Anotado. Com a palavra, o deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Bom dia a todos. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Eduardo Correa Riedel, governador do estado, com cópia ao senhor Guilherme Alcântara, secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, e ao senhor Mauro Azambuja Rondon, diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão e Empreendimentos, solicitando a reforma geral da ponte boiadeira, que liga os municípios de Aquidauana e

Anastácio. Esta proposta foi encaminhada ao nosso gabinete pelo senhor Wagner Romero. A ponte é de vital importância para a população local, é utilizada diariamente por trabalhadores, estudantes, comerciantes e agricultores da região, além de ser uma rota essencial para o transporte de bens e serviços. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à senhora Adriane Lopes, prefeita de Campo Grande, e ao senhor Ednei Marcelo Miglioli, secretário de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande, solicitando a pavimentação asfáltica da rua do Lago, no loteamento Copacabana, no bairro Carandá Bosque. A proposta em questão visa atender à solicitação encaminhada ao nosso gabinete pelo senhor Frederico Luiz Gonçalves. Bom, eu quero, ainda, apresentar um projeto. Projeto de lei que dá nome ao prédio da Gerência de Assistência Social instalado no município de Naviraí. Artigo 1º - Fica denominado 'Antônio Pedro Medeiros' o prédio da Gerência de Assistência Social instalado no município de Naviraí...". "Justificativa. O senhor Antônio Pedro Medeiros, carinhosamente conhecido como Antônio Duro, faleceu em 18 de dezembro de 2020. Ele foi um dos pioneiros em Naviraí, destacando-se por sua coragem inquestionável, seu espírito empreendedor e sua dedicação incansável ao trabalho. Desde sua chegada ao município, sua atuação foi decisiva para o progresso local. Devido a tudo isso, conquistou o respeito e a admiração de todos que tiveram a honra de conhecê-lo. Ele foi um dos fundadores de duas das maiores cooperativas da cidade: a Copasul e a Copernav. Antônio Medeiros deixou um legado inestimável para as futuras gerações. Por sua visão empreendedora e seu compromisso com o desenvolvimento de Naviraí, ele contribuiu significativamente para a transformação social e econômica da região. A presente homenagem reconhece não apenas suas valiosas contribuições para o crescimento do município, mas perpetua sua memória, assegurando que sua trajetória de luta e dedicação continue a inspirar a comunidade. Ao nomear o referido prédio em sua honra, prestamos um tributo duradouro ao seu legado, refletindo seu compromisso com o bem-estar social e o progresso de Naviraí. É só, senhor presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Presidente, em tempo, eu quero me somar ao deputado Junior Mochi, sugerindo a Vossa Excelência que faça interlocução com a senadora Tereza Cristina a fim de que se faça a alteração, ou ampliação, do conceito de "Pantanal do Mato Grosso" para "Pantanal de Mato Grosso do Sul", que, na verdade, detém 75% da Bacia Pantaneira. E a Constituição Federal, de fato, fala em Pantanal do Mato Grosso. Aliás, Vossa Excelência é testemunha de um fato. Quando eu era governador, o senhor me acompanhou em uma viagem à Europa; nós fomos a uma reunião na Embaixada Brasileira em Londres para conversarmos com as empresas de turismo da Inglaterra. E todas elas me disseram: "Governador, quem vem comprar pacote para ir ao Brasil conhecer o Pantanal diz: 'Pantanal do Mato Grosso'." É muito importante que o conceito territorial de Pantanal seja ampliado. Ademais, requeiro à Mesa que seja encaminhado expediente deste Poder ao deputado Geraldo Rezende, solicitando informações a respeito de um projeto que denomina 'Heitor Miranda dos Santos' (meu saudoso irmão) a ponte bioceânica do rio



Paraguai. Segundo informações de hoje, quase 70% da ponte já se encontra concluída. Logo, isso precisa ser visto o quanto antes. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Pela ordem, o deputado Roberto Hashioka.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Bom dia, presidente, Mesa Diretora, deputados, deputadas, senhoras e senhores. Eu quero registrar que ainda há pouco, na sala da presidência, nós recebemos o cônsul-geral do Japão, que está em visita a Mato Grosso do Sul, o senhor Toru Shimizu, e o consul para Assuntos Consulares, senhor Taku Ichiyama. E foi aprovada por esta Casa a concessão do 'Título de Visitante Ilustre' aos mesmos. Ademais, presidente, eu gostaria de falar um pouco sobre a PEC relativa ao Pantanal. Quero parabenizar a minha assessoria, porque foi através dela que, em março do ano passado, nós apresentamos aqui a indicação para que o Pantanal sul-mato-grossense também fosse incluído como patrimônio nacional. Justa defesa, tendo em vista que dois terços do Pantanal se encontram em nosso estado. Nós encaminhamos a indicação à Presidência da República e ao Congresso Nacional. Quero agradecer à senadora Tereza Cristina, autora da PEC, que foi aprovada por unanimidade ontem no Senado, tendo como relator o senador Jaime Campos, do Estado de Mato Grosso...

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Isso aconteceu exatamente às 23:35 horas de ontem.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Perfeito. É importante registrar que agora o Pantanal sul-mato-grossense caminha para também ser tornado patrimônio nacional, juntamente com o Pantanal mato-grossense, com a Zona Costeira, com a Serra do Mar, com a Mata Atlântica e com a Floresta Amazônica. Por último, eu quero falar rapidamente que foi contemplado o case de sucesso da BR-163 no Estado de Mato Grosso. O Estado e uma empresa de economia mista, a MTPA, firmaram parceria e assumiram a BR-163, garantindo a duplicação de toda a extensão da BR-163 dentro daquele estado, proporcionando maior segurança a todos que por lá transitam. A meu ver, Mato Grosso do Sul pode seguir esse exemplo, mesmo porque a BR-163 continua sendo conhecida como "rodovia da morte". Era o que eu tinha, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Quero apenas informar a todos que eu e o deputado Gerson Claro elaboramos a moção de congratulação à ministra Tereza Cristina e que ela foi transformada em nome da Casa. Com a palavra, ainda no Pequeno Expediente, o deputado Gerson Claro.

DEPUTADO GERSON CLARO (PP) — Bom dia, senhor presidente. A moção de congratulação à ministra Tereza Cristina foi transformada em nome da Casa. Quero reforçar que a PEC que ela aprovou ontem no Senado reforça o compromisso de Mato Grosso do Sul com a sustentabilidade, pois aqui temos políticas avançadas de preservação e exigência de preservação da vegetação nativa no Pantanal, muito acima do que determina



o Código Florestal. Além disso, a nossa Lei do Pantanal e a nossa política de sustentabilidade são exemplos nacionalmente. Parabéns à senadora. Pois bem. Agora eu quero apresentar uma indicação. Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares do senhor Djalma Lucas Furquim, ex-prefeito de Aparecida do Taboado, por seu falecimento, ocorrido no dia 11 do corrente mês. Ele era simples, humilde, cunhado da Mara, do prefeito Robinho. Ele sempre nos recebeu muito bem em Aparecida do Taboado. Eu gostaria de que esta moção também fosse transformada em nome da Casa, presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Pois não. Quero registrar que ele foi meu colega na Universidade Gama Filho.

DEPUTADO GERSON CLARO (PP) — Obrigado. Outra moção. Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação ao senhor José Eduardo Duenhas Monreal, pela posse como presidente do Sindicato Rural de Campo Grande, que envolve Campo Grande, Rochedo e Corguinho. Esperamos que seu mandato atenda às demandas do agro sul-mato-grossense. Era o que eu tinha. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Eu passo a presidência a Vossa Excelência.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Agradeço. Com a palavra, a deputada Lia Nogueira.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Bom dia, presidente, colegas parlamentares, público presente e todos que nos acompanham pela TV e Rádio ALEMS. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à Escola do Legislativo da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, reiterando a solicitação referente à realização do Concurso de Textos do Agosto Lilás, como forma de incentivo à reflexão e ao diálogo sobre a equidade de gênero e a valorização da mulher na sociedade, especialmente entre as crianças da rede pública de ensino. A presente indicação tem como objetivo reforçar a importância da realização do concurso, ressaltando sua urgência e relevância diante do preocupante cenário de violência contra nós mulheres aqui no estado, cenário este que cresce de forma alarmante não só no estado, mas também no país. Todavia, a educação é uma das ferramentas, deputado Zé Teixeira, mais eficazes no combate ao machismo estrutural e à cultura da violência. O concurso visa sensibilizar e conscientizar as crianças e os adolescentes, sobretudo os meninos, sobre a importância de se respeitar e valorizar a mulher, promovendo uma mudança cultural essencial no sentido de erradicar a desigualdade e o desrespeito de gênero. A criança que recebe essa educação acaba replicando-a em sua casa e em seu futuro. Creio que a deputada Mara Caseiro, também defensora dos direitos das mulheres, será favorável a esta indicação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Eduardo Correa Riedel,

governador do estado, e ao senhor Guilherme Alcântara, secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, solicitando a destinação de recursos para a execução de obras de pavimentação asfáltica na MS-270, no trecho entre o perímetro urbano de Itaporã e a região conhecida como Placa do Abadio. A rodovia é essencial para o deslocamento da população e para o escoamento da produção agrícola no município de Itaporã, forte no setor agropecuário. No entanto, o trecho, onde se encontra a intersecção com a MS-162, ainda não foi pavimentado. Isso compromete a trafegabilidade e a segurança dos usuários. A presente solicitação atende o vereador Reinaldo Pessini, do município de Itaporã. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, ao senhor Maurício Simões Corrêa, secretário de Estado de Saúde, e ao senhor Marçal Filho, prefeito de Dourados, solicitando a reabertura — com urgência — do posto de saúde do distrito de Panambi, em Dourados. O posto está fechado há cerca de três meses, o que tem causado muitos transtornos à população. Tais prejuízos ocorrem sobretudo por conta da distância, porque os usuários do SUS precisam percorrer cerca de dez quilômetros para passar por consulta médica no distrito de Vila São Pedro. E a situação se torna ainda mais grave para os moradores que não possuem transporte próprio, uma vez que o transporte público para aquela região é extremamente limitado, com circulação apenas dois dias na semana, às quartas e sextas-feiras, em apenas um horário. Então, nós precisamos garantir aos usuários do SUS o respeito que merecem. E vale destacar que o posto já foi interditado na gestão anterior por falta de profissional habilitado para responder pelo local. Nós não podemos deixar a comunidade da zona rural, dos distritos, desassistida. Obrigada, presidente.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Só complementar a fala da deputada Lia. Deputada Lia, aquela não é minha região, é sua e do deputado Zé Teixeira, mas eu também estou recebendo bastantes reclamações relativas à saúde em Dourados. Ontem me disseram o seguinte: "Está na hora de o prefeito Marçal Filho sair da campanha e começar a governar Dourados."

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Bom dia, presidente. Bom dia, nobres colegas e público que nos assiste. Primeiramente, eu gostaria de dizer ao deputado Zeca do PT que eu e o nosso colega Pedro Kemp gostaríamos de assinar a moção proposta aqui referente ao filme "Ainda Estou Aqui", porque ele colocou a história do Brasil em debate. O filme foi noticiado pelo mundo inteiro e nos rendeu o primeiro Oscar de melhor filme estrangeiro. O filme conta uma história que a gente não quer viver novamente. Mas venho apresentar um requerimento referente à proposta de criação da Universidade Federal do

Pantanal, destacando os benefícios acadêmicos, sociais, econômicos e ambientais que podem ser levados para a região. A proposta nos foi enviada pelo professor Hélio Reque, doutor em Ciências e mestre em Energia pela Universidade de São Paulo. É importante sabermos que há um movimento que vem debatendo a construção da universidade, e o professor Hélio pretende usar a tribuna desta Casa no dia 3 de abril para falar do assunto. Diante disso, eu apresento aqui o requerimento de solicitação para uso da tribuna pelo professor na referida data. Outro requerimento. Solicito à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de Estado de Educação, senhor Hélio Queiroz, solicitando, em caráter de urgência, informações acerca dos problemas estruturais da Escola Maria da Glória Muzzi, localizada na cidade de Dourados. Tais problemas interferem no retorno das atividades pedagógicas. Eu estive na escola e constatei que de fato ela precisa passar por reforma. Eu soube que, numa determinada noite, uma geladeira da escola pegou fogo, e não havia ninguém por perto. Ou seja, a instalação coloca em risco a comunidade escolar. Não pode ficar assim. Então, nós solicitamos as seguintes informações. Considerando os problemas estruturais da referida unidade escolar, que já foram apresentados à Casa Legislativa, há previsão oficial para a realização de reforma? A Coordenadoria de Infraestrutura, Fiscalização e Gestão de Obras já realizou vistoria técnica na escola para identificar as intervenções necessárias? Caso contrário, há uma data definitiva para a realização da vistoria? Quais fatores ainda impedem a inclusão dessa demanda no cronograma oficial de serviços a serem executados? A escola fica num bairro bastante populoso, ela é extremamente importante para a cidade de Dourados, portanto, precisa ser reformada imediatamente. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, por inversão, o deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (PL) — Bom dia, senhor presidente, deputado Gerson Claro, e nobres pares. Bom dia, público que nos honra com sua presença neste Plenário e todos que nos assistem pela TV Assembleia. Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, com fundamento no disposto do artigo 176 do Regimento Interno desta Casa, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Correa Riedel, com cópia ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara, e ao diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos, senhor Mauro Azambuja Rondon, solicitando a construção de uma ciclovia e acostamento na MS-010, no trecho compreendido entre a saída da cidade de Campo Grande e o distrito de Rochedinho. A presente proposição fundamenta-se nas constantes reivindicações dos moradores ciclistas que utilizam regularmente o referido trecho. Pedaleiros de Campo Grande treinam nesse trecho. Recentemente ocorreu um acidente na região, duas atletas que estavam treinando foram atropeladas por um universitário de Medicina, um jovem de apenas 21 anos que, alcoolizado, acabou tirando a vida de uma das atletas, que muito bem representava Campo Grande. Outra indicação. Indico à Mesa Diretora, com fulcro no que dispõe o artigo 176 do Regimento Interno, ouvido



o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao superintendente regional do Departamento Nacional de Infraestrutura, senhor Euro Nunes Varanis Júnior, solicitando a instalação de placa indicativa de velocidade na BR-163, no KM 419, próximo ao distrito de Anhanduí, no município de Campo Grande. A presente indicação atende à solicitação dos moradores que transitam pela rodovia. Segundo informações, um radar foi instalado no distrito de Anhanduí e não foram instaladas placas de sinalizações. Por conta disso, muitos condutores acabam sendo multados. A legislação diz que onde há radar deve haver sinalização. O problema precisa ser resolvido. Muito obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Paulo Duarte.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados e todos que nos acompanham. Indico à Mesa, na forma do disposto no inciso III do artigo 176 do Regimento Interno, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado ofício deste Poder ao diretor-presidente do Grupo Energisa, senhor Paulo Roberto dos Santos, solicitando adoção urgente de medidas a fim de solucionar o problema relativo às constantes quedas e interrupções no fornecimento de energia nos municípios de Corumbá e Ladário. Tal falta de energia vem causando prejuízos significativos à população, como a queima de equipamentos, a deterioração de alimentos, bebidas e medicamentos, e ainda colocando em perigo a população. Inclusive, eu estou apresentando esta indicação em razão do que aconteceu recentemente. Eu estava em Corumbá e presenciei a queda de energia em vários pontos da cidade, o que atrapalha a vida de moradores e inclusive empresários. Essa situação não pode mais continuar assim. Muito obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Caravina.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Senhor presidente e nobres colegas deputados, eu tenho aqui algumas indicações. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, senhor Antonio Carlos Videira, e ao diretor-presidente do Detran, senhor Rudel Trindade, solicitando a elaboração e divulgação de uma campanha estadual para conscientização e proteção ao ciclista, em observância à Lei Estadual nº 5.683, conhecida como Lei Emanuelle. Diante do aumento da utilização da bicicleta, que é um meio de transporte viável, ecológico, o Governo precisa dar maior segurança a essa parcela da sociedade. Indico à Mesa, observando as disposições regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador, senhor Eduardo Riedel, ao senhor Guilherme Alcântara, secretário de Estado Infraestrutura e Logística, e ao diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos, senhor Mauro Azambuja Rondon, solicitando, em caráter de urgência, a construção de uma ponte de concreto sobre o córrego

Cachoeira Branca, no KM 35 da MS-441, no município de Bandeirantes. A região precisa escoar a produção agropecuária e precisa garantir o transporte de alunos e da população como um todo. Portanto, solicitamos providências. Solicito à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador, senhor Eduardo Riedel, e ao diretor-presidente da Agesul, senhor Mauro Azambuja Rondon, solicitando, em caráter de urgência, a construção de uma ponte de concreto sobre córrego Cervo e Pinhé, no KM 20 da MS-441, no município de Bandeirantes. Era o que eu tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Bom dia, senhor presidente, deputados, servidores desta Casa, imprensa e todos que acompanham a nossa Sessão. Requeiro à Mesa, como presidente da comissão de acompanhamento do processo de repactuação do contrato de concessão da BR-163, nos termos regimentais vigentes, apoio institucional para a realização de audiências públicas com o objetivo de debater o grave descaso enfrentado pela população sul-mato-grossense decorrente das reiteradas inadimplências da concessionária responsável pela rodovia BR-163 em Mato Grosso do Sul, a CCR MSVia, considerando, ainda, o eminente processo de repactuação do contrato de concessão da referida rodovia. Esta série de audiências públicas ocorrerá em parceria com as Câmaras Municipais de alguns dos maiores municípios diretamente afetados, a saber: Naviraí, Dourados, Rio Brillhante, São Gabriel do Oeste, Coxim e Campo Grande. E nós vamos buscar, também, a participação de representantes e interessados dos municípios menores adjacentes igualmente impactados. Ressalto que já foram solicitadas parcerias estratégicas junto a duas entidades representativas dos setores produtivos mais impactados pela atual situação da rodovia, a Federação das Associações Empresariais de Mato Grosso do Sul e a Federação de Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul. Solicito que os setores desta Casa providenciem o necessário, para que as reuniões aconteçam. Eu estou fazendo esta solicitação em nome da comissão, da qual fazem parte os deputados Mara Caseiro, Roberto Hashioka, Pedrossian Neto e Pedro Kemp. Ademais, eu quero apresentar um projeto de decreto legislativo. "Projeto de decreto legislativo que declara o Carnaval de Campo Grande como patrimônio imaterial e cultural do Estado de Mato Grosso do Sul. Artigo 1º - Fica o Carnaval de Campo Grande declarado como patrimônio imaterial e cultural do Estado de Mato Grosso do Sul, reconhecendo sua relevância histórica, cultural e social para a população sul-mato-grossense...". Corumbá já aprovou a proposta de reconhecimento do Carnaval Corumbaense como patrimônio material do estado. Agora nós estamos fazendo o mesmo com o Carnaval de Campo Grande. Eu participei do Carnaval de Campo Grande este ano. A festa faz jus ao título. Várias escolas de samba participam do nosso Carnaval há muitos anos, como é o caso da Igrejinha. Corumbá já é patrimônio imaterial do estado. "... O Poder Executivo, através da Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul, adotará as medidas necessárias para o registro deste bem, conforme previsto na Lei Estadual nº 3.522 e no Decreto nº 12.686/2008. O presente decreto legislativo considera em especial o Carnaval de Campo Grande, promovido e organizado pela Liga das Entidades

Carnavalescas de Campo Grande, reconhecendo suas tradições históricas, sociais e culturais, bem como sua contribuição para o fortalecimento da identidade regional. Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação." Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Antonio Carlos Videira, secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, ao senhor Lupércio Degerone Lúcio, delegado-geral de Polícia Civil do Mato Grosso do Sul, solicitando melhorias na instalação predial da Delegacia de Polícia Civil do município de Anaurilândia, bem como o aumento do efetivo de policiais, a fim de garantir a segurança da população da cidade. A presente proposição atende ao pedido formulado pela vereadora Jéssica dos Santos Pereira, da Câmara Municipal de Anaurilândia, conforme ofício anexo. Por fim, apresento uma moção de pesar. Solicito à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares e amigos do senhor Nascir Gomes Proença, pelo seu falecimento, ocorrido no dia 7 de março do corrente ano. O senhor Nascir foi vice-prefeito de Coxim, vereador, presidente da Câmara, secretário de Obras. Ele chegou a Coxim 1977, onde se formou, tornou-se empreendedor do setor imobiliário, contribuindo significativamente para o desenvolvimento da cidade. Se aprovada, a presente moção deverá ser redigida nos termos que se seguem. É só, presidente... Pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Apenas para reforçar um convite aos senhores deputados. Hoje, às 14 horas, nós realizaremos uma audiência pública, em parceria entre a Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação, a Comissão de Educação de Esporte e Cultura e o Dime. Até porque o Estado regulamentou e os municípios não. Estarão presentes todos os secretários municipais ou seus representantes. Nós vamos discutir sobre o uso de aparelhos eletrônicos portáteis móveis, como celular e tablet, no âmbito escolar. Outra questão que vamos discutir é o VAR - Valor Aluno Resultado. Este é um recurso estabelecido por resolução do MEC que os municípios têm a possibilidade de acessar; obviamente quando atendem a alguns critérios. Fica o convite aos colegas parlamentares. Obrigado.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Eu também gostaria de reforçar um convite aos integrantes da Comissão de Meio Ambiente: deputados Zeca do PT, Lucas de Lima, Neno Razuk. Hoje, a partir das 14 horas, no Plenarinho Deputado Nelito Câmara, faremos uma reunião para discutirmos sobre a questão da hidrovia do rio Paraguai e sobre a expansão da plantação de eucalipto na região norte do estado. O convite fica estendido a todos.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Hoje nosso Parlamento estará bastante movimentado. Temos duas audiências e a visita da Unale Prev. Registramos e agradecemos a presença do senhor Wellington, prefeito da cidade de Alcinópolis; do senhor Valter Muniz, vereador do município de Alcinópolis; do Adalto Borges, vereador do município de Alcinópolis; do Clenilson Francisco, vereador de Caarapó; do senhor Luiz Alexandre, vereador de Bela Vista; do senhor Evaldo Carlos, vice-prefeito de Mundo Novo; do senhor Nivaldo Francisco, vereador do município de Mundo Novo; do senhor Sérgio Nogueira, vereador de Dourados; do senhor Giovani Vieira dos Santos, vereador do município de Jateí; do senhor Danilo Alves, vereador do município Anaurilândia; da senhora Marilza Nascimento, vereadora do município de Jardim; da senhora Andreia Insfran, vereadora do município de Jardim; do senhor Valdeci Lima de Oliveira, presidente da Câmara Municipal de Alcinópolis; do senhor Jaime Echeverria, vereador do município de Jardim; do senhor Jota Pereira, vereador do município de Jardim. Sejam bem-vindos à Casa do Povo e da Democracia. Com a palavra, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, nobres pares, vereadores e todos que acompanham a nossa Sessão. Eu trago duas indicações e uma moção de congratulação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador, senhor Eduardo Riedel, ao diretor-presidente da Sanesul, senhor Renato Marcílio, ao diretor-presidente da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural, senhor Whashington Willeman de Souza, e ao superintendente estadual da Funasa de Mato Grosso do Sul, senhor Mário Rosa da Silva, solicitando a perfuração de um poço artesiano na colônia Padroeira do Brasil, no município de Nioaque. A presente indicação atende ao pedido formulado pelos vereadores Silas Nunes Ferreira, Reinaldo Garcia Andrea e Sérgio Marques. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador, senhor Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara de Carvalho, e ao diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos, senhor Mauro Azambuja, solicitando a destinação de recursos para viabilizar o recapeamento de vinte e quatro quadras lineares de asfalto nas vias urbanas do município de Nioaque. Esta solicitação foi formulada pelo vereador Silas Nunes Ferreira. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação ao presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, senhor desembargador Dorival Renato Pavan. Se aprovada, a moção deverá ser redigida nos seguintes termos: "A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, por iniciativa desta deputada, vem à honrosa presença de Vossa Excelência externar seus mais sinceros votos de admiração, respeito e reconhecimento pela inauguração da 4ª Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra Mulher, na Casa da Mulher Brasileira. Sabe-se que a cerimônia de inauguração desta 4ª Vara, realizada no dia 7 de março de 2025, véspera do Dia Internacional da Mulher, veio corroborar uma série de medidas adotadas pelo Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul voltadas para a ampliação e o fortalecimento da Rede de Proteção e Defesa das Mulheres em nosso estado. A nova vara se soma à 3ª, que já funciona na Casa da Mulher Brasileira, no atendimento de demandas que envolvem medidas protetivas. Não há dúvida de que, com sua instalação, o

Poder Judiciário amplia consideravelmente sua capacidade de atendimento a casos de violência doméstica, e reforça a Rede de Proteção às Mulheres no combate à violência de gênero, oferecendo um ambiente especializado e com profissionais capacitados para fornecer suporte psicológico e jurídico às vítimas. Nesse sentido, não há como mensurar os benefícios advindos dessa medida merecedora de reconhecimento desta Casa de Leis e da Cidadania. Por essas razões, propomos a presente moção de congratulação, como forma singela, mas verdadeira, de reconhecer e valorizar todo o esforço do Poder Judiciário sul-mato-grossense na busca por proporcionar uma sociedade mais justa, segura e livre de violência." Era o que eu tinha, senhor presidente. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Senhor presidente, eu ouvi com muita atenção a minha colega deputada Mara Caseiro, e quero fazer um comentário. Hoje eu ouvi na FM Pantanal a entrevista à prefeita de Campo Grande, Adriane Lopes. E ela falou sobre um investimento do Governo Federal, que apontou Campo Grande como uma das capitais mais violentas contra a mulher, inclusive no que diz respeito ao feminicídio. Ocorre que o Governo Federal mandou recurso para dois anos. Palavra da prefeita. Depois de dois anos, ele parou de mandar o recurso, e a Prefeitura de Campo Grande assumiu o caso. Acho que ela cometeu um erro. Quem teria que assumir uma coisa de tamanha responsabilidade na capital do estado deveria ser o governador. E hoje a prefeita disse que vai abrir um concurso público para colocar servidores lá na Casa da Mulher. Ora, quem tem que assumir essa responsabilidade é o Estado, por meio da Secretaria de Segurança Pública. Por que abrir concurso público municipal para tocar a Casa da Mulher Brasileira? Eu sou leigo no assunto, mas, a meu ver, isso significa o fechamento da Casa da Mulher Brasileira.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Quero solicitar que os colegas deputados coloquem sobre a mesa os demais requerimentos, por conta do nosso tempo. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Antonio Vaz: duas indicações (Prot. nºs 00529/2025, 00528/2025); um projeto de lei (Prot. nº 00526/2025). De autoria do deputado Jamilson Name: duas indicações (Prot. nº 00497/2025, 00550/2025). De autoria do deputado Caravina: uma indicação (Prot. nº 00549/2025). De autoria da deputada Lia Nogueira: quatro indicações (Prot. nºs 00491/2025, 00490/2025, 00489/2025, 00488/2025). De autoria do deputado Lucas de Lima: duas indicações (Prot. nºs 00532/2025, 00530/2025). De autoria do deputado Marcio Fernandes: cinco indicações (Prot. nºs 00508/2025, 00505/2025, 00541/2025, 00540/2025, 00542/2025); um projeto de lei (Prot. nº 00547/2025). De autoria do deputado Neno Razuk: duas indicações (Prot. nºs 00509/2025, 00507/2025). De autoria do deputado Paulo Corrêa: uma moção de congratulação (Prot. nº 00524/2025); um projeto de lei (Prot. nº 00478/2025). De autoria do deputado Pedro Kemp: sete indicações (Prot. nºs 00487/2025, 00486/2025, 00485/2025, 0484/2025, 00545/2025, 00544/2025, 00543/2025). De autoria do deputado Pedrossian Neto: três indicações (Prot. nºs 00538/2025, 00537/2025, 00533/2025); um requerimento (Prot. nº 00496/2025). De autoria do deputado Professor Rinaldo: três



indicações (Prot. nºs 00483/2025, 00482/2025, 00539/2025); uma moção de congratulação (Prot. nº 00481/2025); um projeto de lei (Prot. nº 00480/2025). De autoria do deputado Paulo Duarte: uma indicação (Prot. nº 00536/2025); duas moções de congratulação (Prot. nºs 00535/2025, 00534/2025). De autoria do deputado Renato Câmara: três indicações (Prot. nºs 00503/2025, 00502/2025, 00525/2025); uma moção de pesar (Prot. nº 00501/2025). De autoria do deputado Zé Teixeira: dez indicações (Prot. nºs 00516/2025, 00517/2025, 00518/2025, 00519/2025, 0515/2025, 00520/2025, 0521/2025, 00522/2025, 00523/2025, 00531/2025). Encerrado o Pequeno Expediente. Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Suprimido o Grande Expediente. Como já são 11 horas, passemos diretamente à **ORDEM DO DIA**. Solicito ao senhor segundo-secretário que proceda à verificação do quórum. Eu já passo pela ordem para vossa excelência.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Temos 23 deputados presentes. Há, portanto, quórum para deliberação.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedrossian.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Presidente, eu quero apenas fazer um convite aos demais parlamentares e às pessoas que estão preocupadas com a situação financeira da Santa Casa, o maior hospital de Mato Grosso do Sul. Aqui nesta Casa Legislativa, no dia 17, às 14 horas, faremos uma audiência pública para debatermos a fundo o problema daquela instituição de saúde. Contaremos com a presença do secretário de Estado de Saúde, senhor Maurício Simões. Tenho certeza de que a reunião será produtiva. Fica o convite a todos. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passo a presidência ao deputado Renato Câmara.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Agradecemos a presença do senhor Celso Alves dos Santos, o Celsinho, presidente da Câmara Municipal de Anaurilândia, grande amigo de longa data; do senhor Ronei Adriano Pardini, vereador do município de Anaurilândia; do senhor André Luiz Constantino Barbosa, grande mestre estadual da Ordem DeMoley de Mato Grosso do Sul; e da senhora Terezinha Rigon, presidente do Instituto de Assistência, Pesquisa, Educação e Saúde - Iapes. Item 1. Em discussão única. Projeto de Lei nº 279/2024. Autor: deputado Junior Mochi. "Declara de utilidade pública estadual a Associação Ação Amando Vidas, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de natureza assistencial, com sede e foro no Município de Campo Grande. Objetivos. 1 - Promoção de serviços sem fins lucrativos de assistência social a comunidade; 2 - Promoção de atividade de Associações de Defesa de Direitos Sociais, Serviço e Assistência Social; 3 - Gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas; 4 - Produção musical, educação profissional de nível técnico, educação infantil e creche, etc." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu

parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Neno Razuk. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Pois não, deputado.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Presidente, o senhor, o deputado Neno Razuk e o deputado Zé Teixeira têm base em Dourados, mas eu não vi nenhum de vocês se referirem ao grande evento que acontecerá na sexta-feira, depois de amanhã, em Dourados, às 9 horas, no Complexo Esportivo Jorge Salomão, construído durante o governo do PT. Contaremos com a presença de três ministros, para o lançamento de investimentos para a conclusão do aeroporto de Dourados e também para a construção de quinhentas e oitenta e uma casas para as comunidades indígenas, sendo 300 delas só em Dourados. Como nenhum dos deputados tomou a iniciativa, e eu os respeito, de noticiar tamanha agenda, e faço questão de fazer o registro. Sei que Vossas Excelências, deputados Pedro Kemp e Gleice Jane e os nossos colegas deputados federais Vander Loubet e Camila Jara estarão lá. Eu mandei confeccionar 3 mil panfletos com a seguinte informação: "Aqui está mais uma obra do governo do presidente Lula." E vou fazer um desafio a Dourados. Cite uma obra que o tal do Bolsonaro fez naquela cidade durante o seu nefasto e improdutivo governo. Obrigado, senhor presidente.

Presidente - deputado Renato Câmara (MDB) — Ainda em votação.

Projeto de Lei nº 279/2024, de autoria do deputado Junior Mochi.

Presidente — deputado Renato Câmara (MDB).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.



DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Encerrada a votação.
Consulta o senhor segundo-secretário sobre o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente são dezenove votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 2. Em discussão única. Projeto de Lei nº 294/2024. Autor: deputado Londres Machado. "Declara de utilidade pública estadual a Apae – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Taquarussu, associação civil beneficente, sem fins lucrativos, que se encontra em pleno funcionamento e que tem alcançado excelentes resultados, de acordo com seus objetivos estatutários, com atuação nas áreas de assistência social, educação, saúde, prevenção, trabalho, profissionalização, defesa e garantia de direitos, esporte, cultura, lazer, estudo, pesquisa, entre outras". A Comissão de Constituição, Justiça



e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Neno Razuk. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 294/2024, de autoria do deputado Londres Machado.

Presidente — deputado Renato Câmara (MDB).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, quero convidar nossos colegas para participarem da audiência pública que a Comissão Permanente de Meio Ambiente realizará hoje, às 14 horas, no Plenarinho da Casa. Vamos tratar daquela questão da floresta de eucalipto na Costa Leste do nosso estado. Traz vantagem? Com certeza traz. E é bom destacar que foi o governo do PT que trouxe para cá a primeira grande indústria de papel e celulose, a Internacional Paper, dos Estados Unidos. Há um problema sério no que diz respeito ao esgotamento da água naquela região, o que tem ameaçado a sobrevivência de animais na floresta de eucalipto. A reunião de hoje é de fundamental relevância. No dia 25 eu irei a Brasília para participar do Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Celulose do Brasil. Lá serão discutidos a demanda de celulose e o plantio de florestas. É importante registrar que aqui no estado há, aproximadamente, dois milhões de hectares de floresta plantada. A Assembleia tem a obrigação de tratar do assunto. Eu parablenizo Vossa Excelência pela iniciativa de trazer o debate a esta Casa. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Em votação.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.



DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Encerrada a votação.
Consulta o deputado Pedro Kemp sobre o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São dezoito votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 3. Projeto de Lei nº 280/2024. Autor: deputado Professor Rinaldo. Projeto retirado de pauta, por ausência do autor.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Junior Mochi.



DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Apenas para registrar a presença do vereador Passarinho, do município de Alcinópolis, e do André Luiz Barbosa, grande mestre conselheiro da Ordem DeMolay em Mato Grosso do Sul. Quero reforçar que no próximo dia 18, às 19 horas, realizaremos aqui na Casa a Sessão Solene em homenagem à instituição. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - PP) — Item 4. Em discussão única. Seis requerimentos, trinta e cinco indicações, quatro moções de congratulação, sendo uma delas apresentada pelo deputado Paulo Correa à senadora Tereza Cristina, pela aprovação da PEC do Pantanal, que reconhece o Pantanal sul-mato-grossense como patrimônio nacional. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Não havendo oposição, dou-os por aprovados. Item 5. Moção de pesar. Proposta pelo deputado Renato Câmara, em razão do falecimento do senhor Tiago Martins Militão. Em discussão. Encerrada a discussão... Em votação. Não havendo oposição, dou-a por aprovada. Passemos, agora, à manifestação externa. Convido o senhor doutor Almir Martins. O senhor dispõe de 10 minutos. Está suspensa a Sessão [11h25min].

SENHOR ALMIR SOUZA MARTINS — Bom dia a todos. Eu sou professor aposentado da UFMG e atualmente estou trabalhando em pesquisa na área de Genômica de Biologia Molecular juntamente com o doutor Durval Batista Palhares na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Quero agradecer ao presidente deste Parlamento, deputado Gerson Claro, e aos demais deputados aqui presentes, especialmente ao deputado Renato Câmara, pela oportunidade que me deu de falar aqui hoje deste trabalho tão importante que nós temos realizado há anos. Quero agradecer ao doutor Jamal. Quero agradecer ao deputado Coronel David, pelo apoio que nos tem dado em todos os aspectos. Bom, nós trabalhamos há mais de vinte anos com doenças raras e doenças complexas de difícil tratamento, de difícil diagnóstico, e com isso temos aprendido muito sobre biologia molecular. Eu treinei bastante na Cleveland Clinic Foundation, nos anos de 1990. Lá eu conheci o nosso principal parceiro e coordenador dos projetos nos quais temos trabalhado há anos, que é o doutor Durval Batista Palhares, médico da Academia de Medicina, professor titular aposentado da UFMS e envolvido no Programa de Pós-Graduação. Nós orientamos juntos na Famed da UFMS e temos o apoio do laps, através do qual conseguimos recursos, que não são muitos, mas que têm feito com que possamos dar andamento nesses projetos. Eu vou apresentar alguns eslaides. Vamos lá. Nós começamos a trabalhar com a doença chamada fibrodysplasia ossificante progressiva - FOP. Recentemente, com o auxílio de todos vocês, foi implantada a Lei nº 15.094, para que todo paciente recém-nascido, que nasça com defeito no dedão do pé (com o chamado hálux valgo), seja submetido, obrigatoriamente, ao devido exame. Nós trabalhamos com FOP, na parte de biologia molecular, desde 2006, quando foi descrito o G, que é responsável por essa situação tão complicada, que é a formação de osso ectópico ou seterotópico, logo após os três anos de vida, fase em que ocorrem muitos surtos, chamados de flerapes, com dor, calor, rubor, tumor e disfunção e formação de osso ectópico, e, geralmente, o paciente, se não levar a vida com muito cuidado, pela questão de diferentes traumas, ele pode chegar à vida adulta, aos trinta anos, já em estado de acamado. Essa situação envolve uma série

de cuidados específicos. É tão difícil para a família quanto para a sociedade tratar. Devido ao fato de o nosso querido doutor Durval ter tido um filho com essa doença, com essa mutação, em 1992 nós nos encontramos Cleveland Ohio, e ele, então, passou para nós a necessidade de se estudar essa doença extremamente rara, para a qual não havia ainda nenhum tipo de tratamento. Mas o G responsável foi descrito somente em 2006. Com isso, ficou muito difícil de trabalhar, logo nos primeiros anos de contato com o doutor Durval. Em 2006, quando saiu a publicação do G, nós começamos a trabalhar, e o doutor Durval já estava estudando composições farmacêuticas para amenizar pelo menos os surtos e as dificuldades do desenvolvimento natural da doença. Pouca gente sabia do assunto. E ele já estava estudando, lendo, e começou a usar um componente capaz de modular a síntese de colágeno. Então, ele começou a tratar os pacientes e conseguiu estabilizar não só seu filho, mas também outros pacientes. Hoje, há cerca de oitenta casos no Brasil. Já estamos tratando, há mais de dez anos, cerca de quarenta casos. Isso tem sido muito importante. Com o passar dos anos, estudando um mecanismo, o doutor Durval ainda verificou a possibilidade de uso de um fármaco simples, que exige uma dose pequena, que não traz efeitos colaterais, que é o Propranolol. Ele faz modulação gênica. Mas nós tínhamos que testar isso em laboratório. Bom, eu estou mostrando ali [na tela] a medicação chamada Fopco. Não quero trazer dificuldade para vocês. Quero que vocês observem o nosso trabalho *in vitro*, em células de cultivo, células mononucleadas, e o tratamento no paciente, a que ponto que chegamos durante todos esses anos de estudo. Hoje nós temos conseguido, com o Fopco [no eslaide ali da direita], diminuir citocinas tipo TNF Alfa, que é inflamatória e osteogênica, o receptor beta 2 adrenérgico, que tem função inflamatória, e também o runs 2, que é um G extremamente ligado à formação final da determinação da ossificação ectópica. E agora estamos incluindo nova medicação, a Fopco. Há estudos em andamento. A última tese de doutorado foi defendida na semana passada. Prosseguindo. Quanto à FOP, ainda, nós conseguimos então uma carta de patente para o seu uso, que pode não só abranger a FOP, mas também muitas outras doenças relacionadas com esse modelo de tratamento e ainda conseguimos uma internacionalização espetacular não só para a UFMS, como também para Campo Grande. Já trouxemos convidados da Universidade de Akron e da Universidade de Walsh. E lá nós temos uma colaboradora na UFMG, na Patologia, que é a doutora Ellen Delporto, temos o doutor Adan, na universidade de Walsh, juntamente com sua assessora, a doutora Dina Culop, que também tem trabalhado conosco na clonagem e no trabalho mais relacionado com uma terapia gênica. Então, nós estamos aprendendo a ir nessa direção. Precisamos, obviamente, de muito apoio e de recurso. Toda essa experiência abriu nosso entendimento não só no que diz respeito à FOP, como também no que tange a outras doenças, inclusive ao câncer colorretal. Ano passado, o doutor César Sobrinho, um dos grandes intensivistas de Campo Grande, fez doutorado em Câncer Colorretal no nosso laboratório em modelo animal, ele fez a defesa de sua tese. Vejam como nós vamos desenvolvendo as coisas. Eu costumo dizer que a coisa mais difícil que existe é montar uma banda de música, porque cada um tem seu interesse. Mas eu quero lhes dizer que nós conseguimos montar um grupo importante composto por pessoas sem ego, no qual todos colaboram, inclusive com dinheiro do próprio bolso e com a alma, para deixarmos um legado para a sociedade sul-mato-grossense e para o mundo. Vejam o eslaide da direita. Ano passado, eu passei três meses

na Universidade Walsh. Nós conseguimos fazer a transfecção do gene mutado em células de câncer, porque esse gene também está envolvido em certos tipos de câncer; mas o nosso objetivo são células que possuem a mesma característica da fibrodisplasia ossificante progressiva. Então nós conseguimos fazer a transfecção, deixamos uma aluna trabalhando junto com o doutor Adan, e eles conseguiram fazer essa proeza. Semana passada, ele me deu a excelente notícia de que nós conseguimos estabilizar a célula-tronco mesenquimal humana. Então, agora nós temos a capacidade de fazer uma engenharia reversa e caminhar para uma terapia gênica para fibrodisplasia ossificante progressiva. Mas o nosso foco nesta manhã não é tanto a FOP, ela é apenas uma ponte. Nós aprendemos tanto, e há mais ou menos doze anos resolvemos 'abraçar' o Transtorno de Espectro Autista, nosso foco aqui hoje. Nós estamos trabalhando intensamente. Hoje, temos sete pós-graduandos envolvidos com o estudo, não só clínicos, de componentes farmacêuticos elaborados pelo nosso querido doutor Durval Palhares. Isso tudo se deve à sua insistência em estudar, em ver estudos de casos e em ver o funcionamento de substâncias que não trazem efeitos colaterais e que podem atuar em mecanismos hormonais, mecanismos bioquímicos moleculares. Nós temos, então, feito descobertas importantes que precisam ficar realmente registradas em Campo Grande e em todo o estado de Mato Grosso do Sul. Este é o motivo da nossa alegria. Por isso estamos aqui. Vejam nesta tela o resultado de dez pacientes tratados e dez pacientes placebos, que depois entraram com tratamento com uma nova formulação que o grupo, através do doutor Durval, estabeleceu, e daí saiu a tese de doutorado da nossa querida doutora Maria José Maldonado. Eu gostaria, então, de dizer o que aconteceu do ponto de vista molecular. O eslaide da direita mostra três interleucinas fundamentais. A primeira, de cima, é a PNF Alfa, que é pró-inflamatória. A segunda é a interleucina 6, que também é inflamatória. E embaixo é a interleucina 10, que é anti-inflamatória. O tratamento, além de melhorar as condições clínicas dos pacientes de autismo, melhorou a conexão social, a estabilidade emocional. Já existem algumas apresentações feitas pela TV Morena, alguns casos que foram relatados. A partir desse componente, o doutor Durval tem desenvolvido uma maneira de turbinar o efeito da medicação, para que a absorção intestinal por parte do paciente seja otimizada, seja facilitada. Além disso, nós achamos, baseados no estudo da FOP e do autismo, um caminho para coletar material sem sermos invasivos. Como? Por meio da raspagem da mucosa da boca. Na literatura essa é uma das primeiras técnicas. Nós extraímos RNA da célula da mucosa da boca e podemos estudar as variantes transcriptômicas do genoma dos pacientes de autismo. Então, nós estamos trabalhando tanto na parte técnica quanto na parte de tratamento. O autismo é um espectro, há um matiz de cores que, na realidade, está relacionada com os genes. Ano passado, disseram que seriam 2.500 genes envolvidos, hoje há mais de 3.200 genes envolvidos no Transtorno do Espectro Autista. Vejam que é de extrema dificuldade o tratamento. É necessário entender e direcionar recursos para tratamentos que sejam sistematicamente científicos, de um protocolo que não descarte outras terapias, como psicoterapias e musicoterapias, e que tenha uma medicação eficiente, que não dope o paciente (até porque dopar é muito fácil), e que dê ao paciente condições viver num contexto social, de forma integrada. Então, nós estamos muito encorajados com os resultados que a nossa equipe, sob a coordenação do doutor Durval, tem conseguido. Eu gostaria que essa informação impactasse todos vocês. Nós precisamos do apoio de

vocês. Vejam que o tratamento mexe na parte molecular e mexe na parte clínica. Isso é inédito. E nós estamos avaliando não somente esses genes, estamos avaliando uma gama de genes: genes tipo ocitocina, serotonina e vários outros responsáveis pela questão do comportamento. Bem, quais são as perspectivas? Nós recebemos um apoio tremendo da Academia de Medicina de Mato Grosso do Sul, na pessoa do seu presidente, o senhor José Ivan. Nós fizemos contato com o Hospital São Julião, que tem uma estrutura maravilhosa, é um lugar onde dá até para morar. O lugar é inspirador. Para que vocês tenham ideia, os pesquisadores e colaboradores são doutores ou pós-doutores, sem contar os pós-graduandos. O doutor Robson Augusto Santos é um dos maiores cientistas do Brasil e do mundo, ele nos tem apoiado também. Nós vamos entrar com o peptídeo vasoativo, importantíssimo, na realidade um peptídeo anti-inflamatório associado aos componentes que a gente está fazendo de autismo. São coisas nossas que realmente vão causar impactos e vocês vão ver isso. Nós vamos voltar aqui para compartilhar essa nossa alegria com vocês. Quero mencionar aqui a nossa equipe atual de pós-graduandos, o doutor César é pós-doutor pela Famed, e os demais têm mestrado e doutorando. A equipe envolve pessoas de diversas áreas: Medicina, Biologia, Farmácia. Nós temos realmente um grupo de trabalho como eu acho que nunca tive durante todo o meu tempo de trabalho. Essa, na tela, é a nossa visão: cérebro, intestino, sistema imunológico e inflamação. E ali nós temos um prisma mostrando que a questão do autismo é neural, é a microbiota intestinal, é o sistema imunológico que sofre com a microbiota intestinal, o que obviamente leva a um processo neuroinflamatório...

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Doutor.

SENHOR ALMIR MARTINS — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Eu quero lhe agradecer por vir a esta Casa falar deste assunto tão importante. Parabéns pela explanação. Eu não sou médico, mas quero entender mais do assunto, porque sou pai de autista. Sei que já extrapolamos o tempo, mas eu acho que este assunto tem que ser mais discutido aqui nesta Casa. O senhor é um profundo conhecedor do assunto e pode nos oferecer maiores esclarecimentos. O senhor falou do tratamento farmacológico para o autismo em geral. Eu não quero debater com o senhor, porque não tenho conhecimento técnico, eu quero uma explicação de maneira mais simples, para que eu possa compreender. Não há tratamento para o autismo, porque ele não é uma doença, ele é uma condição do indivíduo...

SENHOR ALMIR MARTINS — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — ... Mas eu vi escrito ali "tratamento farmacológico para pessoas com autismo." Eu não estou entendendo. Pelo que eu sei, o autismo não é uma doença. Cada indivíduo tem uma condição diferente, uns têm infecção, outros têm alergia, outros têm problemas relativos à alimentação, enfim. Eu quero entender melhor essa questão do tratamento.

SENHOR ALMIR MARTINS — Muito obrigado, deputado. Primeiro, com relação ao Transtorno do Espectro Autista, podemos dizer que são transtornos com diferentes características, estão relacionados com a sociabilidade, com hiperatividade neural, tanto é que o aspecto em si, hoje, já inclui outros transtornos, inclusive o TDAH, por exemplo. Hoje os tratamentos têm sido feitos com Risperidona, com Carbamazepina, e esses são farmacológicos. Eles servem para diminuir a excitabilidade. Então, o doutor Durval Palhares verificou, e discutiu com o grupo, que a maioria de nós pode se encaixar numa hiperexcitabilidade. A maioria de nós vive numa situação inflamada. E essa inflamação geral provocada por tantos agressores imunogênicos presentes em nosso organismo faz com que nós vivamos dessa forma. Agora, hoje já está bem definido que o Transtorno do Espectro Autista está relacionado com um processo neuroinflamatório. Há diferentes tipos de inflamações. Há diferentes vias e diferentes formas. Por isso que tratar um tipo de inflamação só não resolve, necessariamente, o problema. Mas existe neuroinflamação causada pelo tanto de toxina que é liberada, muitas vezes, pela microbiota intestinal, que hoje é o foco da maioria das doenças na Terra. Então, é importante fazer a metagenômica, que é um tratamento praticamente individual, porque cada um tem uma variabilidade microbiota. O doutor Durval vem estudando isso. Ele tem avaliado principalmente essas questões. Já existem livros sobre o assunto. Esta semana mesmo eu recebi um livro sobre cérebro e intestino, muito bom para entendermos o Transtorno do Espectro Autista. Nós somos pequenos hoje. O senhor me chamou de especialista. Mas nós ainda estamos bem no começo. Mas, observando mecanismos inflamatórios, baseados no conhecimento, inclusive da fibrodisplasia, que tem a ver com neuroinflamação, nós temos conseguido usar componentes que agem em vias metabólicas específicas que diminuem processos inflamatórios. Claro que não podemos afirmar que 100% dos pacientes respondem ao tratamento. Isso é muito difícil, porque se trata de um espectro, uma doença poligênica. Aliás, os mais entendidos já dizem: "Olha, tratar o transtorno baseado na quantidade de genes que estão envolvidos, é impossível." Então, hoje nós temos que achar um caminho para amenizar mecanismos inflamatórios, bem conhecidos, de processo neurogênico, que é o que nós estamos fazendo. Então, já temos em torno de oito componentes que podem ser associados, é um processo sigiloso, porque vai gerar uma patente importante. Mas o fato é que tem gerado resultados tremendos. Eu sugiro que o senhor fale também com o especialista no assunto, o nosso querido doutor Durval Palhares.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Senhor presidente, primeiramente eu gostaria de agradecer aos doutores Almir e Durval pela presença. E também quero dizer que foi de grande valia o senhor trazer este assunto a esta Casa de Leis. A deputada Gleice Jane abraçou aqui na Assembleia, doutor Almir, a causa das mães atípicas, aquelas que convivem arduamente com alguns problemas que afetam seus filhos, entre os quais o autismo. Acho, senhor presidente, que esta Casa tem que acolher, como fez ontem, mas também precisa se mover no sentido de ajudar os pesquisados. Para se fazer pesquisa, precisa haver dinheiro, investimento. Acho que os deputados, com as suas emendas parlamentares, poderão ajudar na concretização desse sonho de trazer algo diferente, que possa amenizar o sofrimento de muitas famílias que vivenciam esse problema diariamente; estamos falando de algo produzido aqui no estado que pode mudar o

entendimento do mundo sobre ciência. Presidente, como foi o senhor que convidou o doutor Almir para vir à tribuna falar deste assunto, eu sugiro que o senhor lidere, juntamente com o deputado Neno Razuk e a deputada Gleice Jane, um movimento, para que nós encaminhe uma parte das nossas emendas ao Hospital São Julião, que já se prontificou a destinar recursos para essa pesquisa. Com isso, esta Casa mostra que acolhe as mães atípicas e que apoia a pesquisa. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Caro deputado Coronel David, este é um encaminhamento muito importante. Vejo que se trata de uma pesquisa de relevância, que é, na verdade, uma luz na caminhada das famílias que vivenciam essa situação. Quero, doutor Almir, parabenizar o senhor e todos os envolvidos nesse processo pela dedicação a esse estudo tão importante para o mundo. Quero, de forma muito carinhosa, muito especial, saudar o doutor Durval Palhares, que foi o pediatra dos meus dois filhos, portanto a gente conhece sua conduta, seu trabalho, sua dedicação à Medicina. A gente fica feliz de ver esses resultados. Deputado Coronel David, vamos levar em consideração sua sugestão de encaminharmos parte de nossas emendas ao Hospital São Julião, que é um ícone na saúde do nosso estado.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Pois não.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Eu também quero agradecer ao doutor por responder as minhas questões. Quero dizer, doutor, que esta é uma luta desta Casa, é uma luta de todos nós. Pode contar com a ajuda dos parlamentares neste projeto. Eu quero ser mais participativo. Desculpe-me pelo excesso de perguntas. Mas este tema mexe com a gente. Eu quero lhe fazer uma visita e conhecer melhor seu projeto. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Eu também quero parabenizar os doutores pelo projeto. Eu sou uma entusiasta da pesquisa e da compreensão do corpo humano. Confesso que a gente não consegue entender determinados dados técnicos, todavia, por conta do contato com mães atípicas, a gente sabe que a alimentação muda a vida da criança. E realmente isso tem relação com o intestino. Então, a gente percebe que essa pesquisa é relevante. A ciência sempre acaba gerando outras perguntas, vai buscando outras respostas e vai ajudando na cura de outras doenças também. Atualmente, tem havido um aumento significativo na quantidade de doenças autoimunes, de doenças genéticas. Portanto, a meu ver, toda pesquisa é bem-vinda. Conte conosco, doutor.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Doutor Almir, para suas considerações finais.

SENHOR ALMIR MARTINS — Nós estamos trabalhando há anos no tratamento de FOP, de Transtorno do Espectro Autista, de neonatos com infecção. Médicos renomados aqui de Campo Grande fizeram doutorado conosco nessas áreas, os quais hoje são bem-sucedidos. Em todas as reuniões que fazemos, alguém chora, inclusive, porque trabalhamos com o coração. Eu tenho meus filhos e meus netos, mas estou aqui para trabalhar até o fim, na intenção de construir um legado para o nosso estado. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Obrigado, doutor Almir e doutor Durval. Está reaberta a Sessão [11h45min]. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Vossa Excelência dispõe dez minutos.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Eu quero dizer que nós protocolamos aqui mais um projeto de lei importante no combate à violência contra as mulheres e no combate ao feminicídio. A gente vem debatendo esta pauta com grande preocupação aqui na Casa. "Projeto de lei. Artigo 1º - Institui uma política estadual de educação continuada em prevenção à violência de gênero destinada à capacitação permanente de servidoras e servidores públicos estaduais, especialmente das áreas de educação, saúde e segurança pública, com a finalidade de prevenir, enfrentar e combater a violência contra as mulheres e as meninas, além de garantir assistência integral e proteção dos seus direitos fundamentais. Parágrafo único. Para os fins desta lei, considera-se violência de gênero qualquer ação ou conduta baseada na identidade de gênero ou na orientação sexual que cause dano físico, sexual, psicológico ou sofrimento às mulheres e às meninas, inclusive ameaça, escoriação ou privação arbitrária de liberdade. Artigo 2º - Objetivos dessa política estadual é promover formação continuada a servidoras e servidores públicos estaduais para o enfrentamento da violência contra as mulheres e as meninas, fomentar o conhecimento sobre as desigualdades históricas estruturais que contribuem para a violência de gênero, capacitar servidores e servidoras para o atendimento especializado e humanizado voltado às vítimas de violência, estimular a atuação integrada e articulada da rede de enfrentamento da violência de gênero no estado. Artigo 3º - As capacitações previstas nesta lei deve contemplar, entre outros temas relevantes, histórias e conceitos sobre desigualdade de gênero, a Lei Maria da Penha, políticas públicas e abordagens especializadas e humanizadas às vítimas, interseccionalidade e especificidade das mulheres, incluindo, e não se limitando, as mulheres negras, indígenas, fronteiriças, quilombolas, artesãs, pantaneiras, ribeirinhas, pescadoras, isqueiras, ciganas, de matrizes africanas, com deficiências, travestis, transexuais, lésbicas, bissexuais, migrantes, camponesas, em situação de rua e outros povos tradicionais assim etnicamente considerados, tipos de violências domésticas e familiares, medidas protetivas e mecanismos de acesso à justiça, ferramenta de boas práticas no enfrentamento a violência, funcionamento e articulações da rede de apoio ao atendimento às vítimas. Artigo 4º - A política estadual será executada prioritariamente pela Subsecretaria de Políticas Públicas para as Mulheres e pelos órgãos estaduais das áreas de educação, saúde, segurança pública e direitos humanos, podendo ocorrer em parceria com instituições de ensino superior, centros de pesquisas e organizações não governamentais especializadas. Parágrafo único. Poderá ser estabelecida parceria técnica com entidades que possuem notória especialização nos

temas de igualdade de gênero e enfrentamento da violência contra as mulheres e as meninas. A participação dos servidores nas capacitações será considerada como critério de mérito para fins de progressão na carreira, conforme regulamentação específica dos órgãos envolvidos. Parágrafo único. A participação nas capacitações permanentes poderá ser estendida a servidores públicos de outras esferas e poderes, prioritariamente aos das áreas de educação, saúde e segurança pública, desde que existam vagas remanescentes e que não comprometa a continuidade da política pública. O acompanhamento e a avaliação dessa política pública ficarão sob a responsabilidade conjunta dos órgãos executores e da Secretaria de Assistência Social e dos Direitos Humanos e da Subsecretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, garantindo a transparência e a efetividade das ações implementadas. As despesas decorrentes da execução desta política ocorrerão por conta de dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementadas, caso necessário..." Bom, nós observamos a necessidade de elaborarmos este projeto a partir do áudio da Vanessa Ricarte, brutalmente assassinada aqui no estado. Ela deixou um áudio dizendo como o Estado a atendeu e como ela se sentiu naquele momento. Mas a Vanessa, na verdade, mostra um pouco do que outras mulheres sentem e vivenciam. E nós notamos também a maneira como as mulheres e as violências são tratadas. No caso da Vanessa, por exemplo, disseram que ela estava apaixonada. Ora, nós não podemos aceitar que crimes possam ser cometidos tendo a paixão como motivação. No caso que aconteceu agora em Bonito, os servidores públicos verificaram que o homem estava com ciúmes. Ora, as mulheres também sentem ciúmes e nem por isso matam ou tentam matar pessoas. Então, o próprio serviço público precisa mudar a forma como analisa as coisas. Precisa ser estabelecida uma política de formação continuada para os servidores, para que eles consigam combater as violências. Este projeto tem o objetivo de garantir tratamento humanizado às mulheres vítimas e formação aos servidores. Por meio da educação, da transformação das relações entre homens e mulheres, desde sua infância, temos condição de combater as violências contra as mulheres. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Nada mais havendo a tratar, eu declaro encerrada a presente Sessão (12h).